



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MINUTA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022
ATA DE REGISTRO DE PREÇO COM COTAS EXCLUSIVA PARA ME EPP OU EQUIPARADAS

A Prefeitura Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, torna público que por intermédio de seu pregoeiro eletrônico oficial, realizará licitação, na modalidade "Pregão Eletrônico", sob o critério "MENOR PREÇO POR LOTE", por meio do site: www.licitacoes-e.com.br para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICÍPIO - SEMED**, conforme especificações e condições definidas no Anexo I deste instrumento convocatório, conforme **Processos nº 20445/2021**, devidamente aprovado pela autoridade competente e submetido ao crivo da Procuradoria Geral. O Pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio da Secretária Municipal de Administração - SEMAD, designados pelo **Decreto Municipal nº 253/2021**, e regido pelo Decreto Municipal nº.838/2013 e pelo **Decreto nº 10.024/2019**, e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como pelas demais normas pertinentes e condições estabelecidas no presente Edital.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do órgão promotor do certame, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ÀS 08:00 horas do dia 25/02/2022
LIMITE PARA ACOLHIMENTO DA PROPOSTA e dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: ÀS 08:00 horas do dia 03/03/2022
DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: ÀS 08:00 horas do dia 03/03/2022
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: ÀS 10:00 horas do dia 03/03/2022

2 - DO OBJETO

2.1 É objeto do presente certame para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICÍPIO - SEMED**, conforme lote devidamente relacionado no anexo I do presente edital.

2.1.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, nos seguintes termos:

- a) **Cota Exclusiva** - lotes no valor de até R\$ 80.000,00, exclusiva para as empresas enquadradas como Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedores Individuais - MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014.
- b) **Cota Reservada** - lotes que ultrapassem R\$80.000,00 - reservados até 25% do montante da aquisição às empresas enquadradas como Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP, inclusive Microempreendedores Individuais - MEI, nos termos da Lei Complementar n.º 147/2014.
- c) **Cota Principal** - lotes que ultrapassem R\$80.000,00, reservados até 75% do montante da aquisição a todos os interessados que atendam aos requisitos do edital.

2.2-Para os lotes da Cota Principal, a empresa enquadrada na condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que pretender utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações posteriores, deverá atender aos requisitos do Art. 3º da Lei mencionada;

2.3- A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.

3 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1 - O recebimento do objeto da presente licitação se fará a partir da publicação do contrato na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento:

ÓRGÃO: 16

UG: 201

ELEMENTO: 3.3.90.30.07

5 - DOS PREÇOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - Os preços serão estabelecidos em conformidade com a proposta do licitante vencedor, observadas as exigências deste edital, devendo estar inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer despesas inerentes à compra.

5.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

5.3 - A Contratante pagará à Contratada pelos serviços prestados, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.4 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.5 - O pagamento far-se-á de forma parcelada na forma e prazo previstos no contrato.

5.6 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.7 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores;

5.8 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 O prazo de VIGÊNCIA CONTRATUAL estará adstrito aos créditos orçamentários anuais, a contar da **PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**.

7 - PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

7.1 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias corridos, contados da data limite para o acolhimento das mesmas, conforme indicado neste edital.

8 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

8.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta e envio da documentação de habilitação, atentando também para a data e horário fixados para início da disputa.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9 - REFERÊNCIA DE TEMPO

9.1 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

10 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

10.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
- b) Estejam cumprindo as penalidades previstas no artigo 87, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93 e no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, desde que impostas pela própria Administração Pública Municipal;
- c) Estejam cumprindo a pena prevista no artigo 87, inciso IV da Lei Federal nº. 8.666/93, ainda que imposta por ente federativo diverso do Espírito Santo;
- d) Estejam sob falência, dissolução ou liquidação; e
- e) Não cumpram o disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

11.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar o processo licitatório;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) Conduzir a sessão pública na internet;
- d) Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) Dirigir a etapa de lances;
- f) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso, sendo que, em havendo recursos, competirá ao ordenador de despesas a adjudicação;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES

12.1 - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se, previamente, junto ao sistema, por meio do sítio www.licitacoes-e.com.br, para obtenção de senha de acesso ao sistema eletrônico de compras;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;**
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como manter endereço atualizado de correio eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

- f) Utilizar-se da chave de identificação (*login*) e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação (*login*) ou da senha de acesso por interesse próprio.
- h) Submeter-se às exigências do Decreto Municipal nº 838/2013, da **Decreto Federal nº 10.024/2019** e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, assim como aos termos de participação e condições de contratação constantes neste instrumento convocatório.

13 - CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO SISTEMA

13.1 - Os licitantes deverão ser previamente credenciados perante o sistema, por intermédio do sitio www.licitacoes-e.com.br, para obtenção do acesso ao sistema eletrônico de licitação.

13.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de *login* e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, identificado pelo *status* "com certificado".

13.3 - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de sua inabilitação perante o cadastro de fornecedores.

13.4 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

13.5 - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

13.6 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

14 - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1 DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:

14.1.1 Qualquer pessoa poderá enviar pedido de esclarecimento ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, no seguinte endereço: copel@guarapari.es.gov.br.

14.1.2 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

14.1.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

14.2 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

14.2.1 Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

14.2.2 – A impugnação deverá ser feita, de forma motivada, em campo próprio do sistema, ou **por meio eletrônico, no seguinte endereço: copel@guarapari.es.gov.br**, podendo ser anexados documentos digitalizados em formato "PDF", ou **ainda**, protocolizada no setor de protocolo do órgão realizador do certame, de 8 às 18 horas, somente sendo aceitas impugnações protocolizadas se assinadas pelo (s) impugnante (s).

14.2.3 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste edital, decidir sobre a impugnação no prazo **de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, que não possuirá efeito suspensivo.**



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14.2.4 - Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

14.2.5 - Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1 - Os licitantes deverão encaminhar proposta concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando a data e o horário limite para o seu acolhimento, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

15.2 Na proposta da plataforma do Banco do Brasil, deve constar: **a) DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO, b) MARCA (dos itens industrializados); e c) PREÇO. OBS: A falta de marca na proposta inicial da plataforma do BB acarretará a desclassificação.**

15.2.2. A proposta da licitante deverá considerar a tributação que efetivamente incidirá durante a execução do contrato.

15.3 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

15.4 - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

15.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação de regência, sem prejuízo da sanção criminal cabível.

15.6 - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

15.7 - Após a abertura da sessão, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

15.8 A proposta comercial vencedora deverá ser apresentada NO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, APÓS SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO, em conformidade com o modelo contido no ANEXO III.

- a) Digitá-la, em 01 via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que venham a ensejar dúvidas, reconhecendo a plena aceitação e aplicação, ao contrato, das normas e critérios deste Edital;
- b) Assinar a proposta na parte final e rubricá-la em todas as suas folhas.

15.9 DAS AMOSTRAS

- a) Deverão ser apresentadas amostras dos produtos constantes do anexo 1 (termo de referência) deste edital, a fim de verificar se os mesmos atendem ao descritivo do edital e Especificações Técnica constante da legislação vigente. As amostras deverão ser apresentadas apenas pelas licitantes VENCEDORAS, **NO PRAZO DE 05 DIAS ÚTEIS (CINCO) APÓS A SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO.** Caso as amostras não sejam apresentadas neste prazo a licitante será desclassificada e será convocada a segunda colocada. Todas as amostras deverão ser entregues no quantitativo de 1 Kg/L de produto. As amostras serão submetidas à análise e avaliação pela equipe técnica



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

do Setor de Alimentação Escolar e pelo Núcleo de Controle de Qualidade do Município, de acordo com os parâmetros descritos nos respectivos itens e ainda conforme o descrito abaixo:

- b) – Análise EMBALAGEM será avaliada: Material, Resistência/Vedação do Material, Peso, Data e Prazo de Validade, conforme Resolução Vigente.
- c) – Análise ROTULAGEM será avaliada: Ingredientes, Informação nutricional, Registro no órgão competente e Modo de Preparo, conforme Resolução Vigente.
- d) – Análise DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA será avaliada: **Ficha Técnica a ser apresentada pelo licitante arrematante**, que deverá conter a imagem do produto frente e verso, bem como as informações nutricionais do produto fornecidos pelo fabricante. A Municipalidade se reserva o direito de verificar a veracidade das informações prestadas pela licitante vencedora na ficha técnica acima citada, comparando-as com a ficha técnica fornecida com o fabricante do produto. No caso de desconformidade será cancelado o respectivo lote do produto, do eventual contrato em vigor, sendo-lhe aplicada a multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total registrado pelo lote.
- e) – Ficam desde já cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente desclassificados, bem como o lote arrematado.
- f) – Em caso de desclassificação será convocada a segunda colocada para apresentação de amostras e posterior análise pelo Núcleo de Controle de Qualidade, nas condições supra.
- g) **3.1.1.6** – As amostras NÃO serão devolvidas após a análise.
- h) – Os produtos devem ser de boa qualidade, assim entendida quando atenderem ao fim proposto. Caso seja reprovado o produto do item ofertado, será desclassificada a proposta respectiva, quando será chamada a próxima classificada para verificação de sua amostra e assim sucessivamente, se necessário.
- i) – A documentação técnica elencada deverá ser entregue, somente pelos licitantes arrematantes da etapa de lances, devendo estar identificada uma a uma e a qual item que correspondem cada um dos documentos apresentados.
- j) As amostras deverão ser entregues na Secretaria De Educação - SEMED, aos cuidados do setor de alimentação.
- k) As amostras serão avaliadas pela comissão nomeada na portaria SEMED nº 003/2022.
- l) Mirelly ferreira Vicente.
- m) Daniela Medeiros Silveira,
- n) Luciana Gonçalves Rodrigues Santa Clara
- o) Anne Nascimento Simões.

16- DO JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

16.1 – Esta licitação será julgada sob o critério de menor preço por lote.

16.2 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

16.3 - A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

16.4 - As propostas contendo a descrição do objeto/ MARCA, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

16.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, que será ativado a critério do pregoeiro.

16.6 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

16.7 - Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento da proposta.

16.8 – Esta licitação se dará pelo modo de DISPUTA ABERTO, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações e COM INTERVALO MÍNIMO PERCENTUAL ENTRE OS LANCES DE 1% (HUM PORCENTO), conforme os seguintes critérios:

- a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- c) Caso não haja novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- d) Poderá haver reinício da etapa de envio de lances, mediante justificativa, quando a sessão pública for encerrada sem as prorrogações automáticas pelo sistema, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- e) Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, SERÁ OBRIGATORIAMENTE encaminhada CONTRAPROPOSTA pelo sistema eletrônico, ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.
- f) A negociação será realizada por meio do sistema e ou e-mail, informado pelo pregoeiro e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- g) O licitante vencedor DEVERÁ enviar proposta e, se necessário, os documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata a alínea “e”, no período máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema.

16.9 – O licitante responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros, conforme expresso no inciso III do art. 19 do Decreto nº 10.024/19.

16.10 - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

16.11 - O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

16.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

16.13 - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

16.14 Após a etapa de envio de lances haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

16.15 Não havendo envio de lances após o início da fase competitiva, remanescendo somente as propostas iniciais, os critérios de desempate serão aplicados da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a) Observância dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese; e

b) Persistindo o empate, haverá sorteio pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas. Isso porque não há ordem de classificação das propostas, haja vista que estas podem ser retiradas ou substituídas até o momento de abertura da sessão pública.

16.16 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

16.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

16.18 - Encerrada a etapa de negociação da proposta, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

16.19 - Na hipótese de uma Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP sagrar-se vencedora da cota principal e da cota de 25% reservada para o mesmo objeto, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o fornecedor pratique preços distintos para o mesmo objeto.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1 A habilitação dos licitantes será verificada por meio dos documentos previamente cadastrados no Sistema do Banco do Brasil.

17.1.1 Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados por e-mail ou físico no setor de licitações, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

17.2 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

17.3 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

17.3.1 Nas hipóteses previstas no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

17.3.2 Quando verificada discrepância relevante entre o preço da menor oferta obtida no certame e aquele decorrente da negociação com o licitante remanescente, será facultado à Administração revogar o procedimento licitatório, mediante despacho fundamentado, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

17.4 Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada via sistema ou e-mail, conforme solicitação do pregoeiro no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

17.5 No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação.

17.6 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

17.7 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

18- DOS RECURSOS E DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1 – No mínimo, com vinte e quatro horas de antecedência, o Pregoeiro deverá comunicar aos licitantes, por meio do sistema no qual a licitação foi realizada, data e hora em que declarará o vencedor do certame.

18.2 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.3 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do item anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

18.4 - Para efeito do disposto no item anterior, manifestação imediata é aquela efetuada via eletrônica – internet -, no período máximo de 30 (trinta) minutos após o pregoeiro comunicar aos participantes, por meio do sistema eletrônico, o resultado da classificação final; e manifestação motivada é a descrição sucinta e clara do fato que motivou a licitante a recorrer.

18.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.6 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

18.7 - Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, registrados em campo próprio e anexados documentos digitalizados em formato “PDF”. Somente serão aceitas razões assinadas pelos recorrentes.

18.8 - Todos os atos praticados durante a sessão pública deverão ser registrados em ata.

18.9 - A minuta da ata da sessão pública será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o seu encerramento. A versão definitiva da ata será disponibilizada após a adjudicação do certame.

19- DA ADJUDICAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE COMPRA

19.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

19.2 - Após a homologação referida no item anterior, o adjudicatário será convocado para receber a ordem de serviço no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

19.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.4 – No ato de recebimento da ordem de compra, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do pacto.

19.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não receber a ordem de serviço, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto contratado, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Guarapari, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93, observado o disposto no § 2º do item 20.2.

19.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CRC e no SICAF, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMAD, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

20– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 – O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

20.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado da ordem de compra, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o ajuste encontre-se parcialmente executado;

20.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

20.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o ajuste e aplique as outras sanções previstas no item 20.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

20.2 - A inexecução total ou parcial do ajuste ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, direta ou indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário Municipal de Administração Recursos Humanos - SEMAD, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMAD, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame APLICAR as penalidades via processo autônomo.

20.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do ajuste, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Município.

20.4 – Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.

20.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do ajuste, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.

20.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

21. DISPOSIÇÕES FINAIS E CONTRATUAIS

21.1 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do ajuste ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

21.2 - Ao apresentar a proposta, o licitante assume que está fazendo isso de forma absolutamente independente e que, acaso se apresente, em qualquer momento, a formação de cartel ou qualquer conluio, a Administração adotará os meios necessários para as devidas averiguações e as respectivas sanções.

21.3 - É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a criação de exigência não prevista neste edital.

21.4 - Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

21.5 - Em caso de dúvida quanto à autenticidade de assinatura constante em documento apresentado por licitante, poder-se-á diligenciar no intuito de saná-la, inclusive concedendo prazo para o reconhecimento de firma.

21.6 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

21.7 - Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado do pregoeiro.

21.8 - Em se tratando de licitação cujo objeto esteja agrupado em lotes, é possível e lícita a adjudicação e homologação da licitação, por lote, ainda que o sistema eletrônico adotado pela Administração Pública Municipal não esteja adequado para tanto, devendo constar despacho fundamentado no respectivo processo administrativo, atestada a inexistência de recurso pendente de apreciação.

21.9 - Adjudicado o objeto e homologado o certame por lote, o Pregoeiro deverá providenciar a publicação do resultado da licitação quanto ao respectivo lote e, no momento oportuno, atualizar as informações no sistema eletrônico.

21.10 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

21.12 - Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.13 - A participação do licitante nesta licitação, implica aceitação de todos os termos deste Edital.

21.14 - Poderá a autoridade competente, até a assinatura do contrato, excluir o licitante ou o adjudicatário do certame, por despacho motivado, se, após a fase de habilitação, tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

21.15 - Se na primeira etapa da licitação, nenhuma proponente tiver seus Documentos de Habilitação aceitos, ou se na segunda etapa da licitação todas as proponentes forem desclassificadas, a pregoeira fixará às proponentes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, referente à cada etapa, escoimando dos vícios ou irregularidades apontadas, na forma do artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

21.16 - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do ajuste.

21.17 - A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvando o disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei nº 8.666/93.

21.18 - No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Guarapari (ES), xx de xxxxxxxx de2022

Maria Sirley Carminati
Pregoeira substituta



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 – É objeto desta solicitação a aquisição de gêneros alimentícios atendendo à Lei Federal nº 11.947/2009 e a Resolução 06/2020, por meio de abertura do processo licitatório para preparo de ata de registro de preço. Os gêneros alimentícios deverão suprir às demandas nutricionais das Escolas Públicas Municipais durante com previsão de consumo parceladamente no decorrer de 12 (doze) meses, durante o ano letivo de 2021 e 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 – Os Gêneros Alimentícios a serem fornecidos atenderão aos CEMEIS, os quais estão descritos nos quantitativos estabelecidos por item no quadro 1.

QUADRO 1

● **HORTIFRUTIGRANJEIROS**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT. MÍN.	QUANT. MÁX.
1	ALFACE AMERICANA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	UND	300	7.000
2	AMEIXA IMPORTADA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	50	3.000
3	BANANA PRATA <i>in natura</i> ; de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	1.000	14.000
4	BANANA DA TERRA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	20.000
5	BATATA BAROA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto; condições higiênico	KG	150	3.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.			
6	BATATA DOCE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	500	7.000
7	BETERRABA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	10.000
8	BRÓCOLIS HÍBRIDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
9	CEBOLA ROXA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	2.000
10	CEBOLINHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	MÇ	100	6.000
11	CENOURA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	5.000
12	ESPINAFRE <i>in natura</i> , com folhas verdes, fresco, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; tamanho médio a grande; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de	MÇ	100	3.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.			
13	GOIABA VERMELHA, TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; em intermediário estado de maturação; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
14	KIWI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
15	LARANJA LIMA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	10.000
16	LIMÃO TAHITI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	12.000
17	MAÇÃ FUJI <i>in natura</i> , tamanho grande, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	15.000
18	MAÇÃ VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; tamanho grande; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	1.500
19	MAMÃO PAPAYA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores;	KG	100	4.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	produto sujeito a verificação no ato da entrega.			
20	MANGA PALMER <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
21	MANJERICÃO FRESCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	MAÇO	100	4.000
22	MELANCIA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	55.000
23	MELÃO AMARELO TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	4.500
24	MILHO VERDE EM ESPIGA COM PALHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega. Deverá ser entregue em embalagens primárias contendo 250g.	KG	100	10.000
25	MORANGO GRAÚDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega. Deverá ser entregue em embalagens primárias contendo 250g.	CAIXA	100	18.000
26	OVOS DE CODORNA frescos, de primeira qualidade com casca íntegra, sem rachaduras, coloração uniforme, e sem sujidades em excesso; tamanho médio com peso de aproximadamente 10 gramas. Cartela com 30 unidades.	CAIXA	100	2.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

27	PEPINO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	11.000
28	PIMENTÃO VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
29	QUIABO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	6.000
30	REPOLHO BRANCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	20.000
31	TAIOBA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	MAÇO	100	3.000
32	TOMATE CEREJA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.	KG	100	3.000
33	UVA CRIMSON , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega. A embalagem de polietileno transparente deverá conter 500g.	KG	50	2.000
34	VAGEM <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas:	KG	100	10.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	tamanho, coloração uniforme, e intacto; condições higiênico sanitárias: isentos de sujidades, parasitas e larvas; sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; legislação: conforme resolução RDC 272, de 22/09/2005, da Anvisa e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega.			
--	---	--	--	--

• **ESTOCÁVEIS**

35	AÇAFRÃO DA TERRA EM PÓ (CÚRCUMA) , embalagem com 60 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. Deve ter coloração amarelo ouro. Não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento.	PACOTE	20	300
36	AMENDOIM TORRADO E MOÍDO SEM SAL , não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento. Pacote deverá conter 500 g.	PACOTE	50	10.000
37	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM teor de acidez menor ou igual a 0.5%; índice de peróxido menor ou igual a 20 mEq/Kg; extinção específica no ultravioleta 270 nm menor ou igual a 0,22; extinção específica no ultravioleta Delta K menor ou igual a 0,01; extinção específica no ultravioleta 232 nm menor ou igual a 2,5. O produto deve possuir característica espessa e coloração verde escuro. Embalagem de vidro 500 mL. Validade mínima de 2 (dois) anos, a contar da data de entrega. Para aprovação o azeite não deve ter sido reprovado em testes de órgãos competentes que atestem a qualidade do produto.	FRASCO	100	10.000
38	AZEITONA VERDE EM CONSERVA SEM CAROÇO , embalagem sachê plástico transparente e atóxico, com 300 g de peso líquido e 120 g de peso drenado. O produto deve possuir identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega.	SACHÊ	100	6.000
39	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL CONTENDO 100% CACAU , caixa contendo 200 g. O primeiro ingrediente deve ser cacau em pó, deve conter cacau em pó lecitinado e menor quantidade de açúcar. Embalagem com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega.	CAIXA	50	6.000
40	DAMASCO DESIDRATADO TURCO , deve apresentar coloração amarelada, textura macia e sabor adocicado. Deve ter coloração uniforme. Não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento. Pacote deverá	PACOTE	100	10.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	conter 200 g.			
41	ERVAS FINAS DESIDRATADAS embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. Deve ter coloração uniforme. Não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento.	PACOTE	50	1.000
42	FARINHA DE ARROZ em embalagem plástica resistente, atóxica, transparente, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega. Pacote 500 g.	PACOTE	20	2.400
43	FEIJÃO FRADINHO tipo 1, classe branco, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade, Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 6 (seis) meses, a contar da data de entrega. Pacote 500 g.	PACOTE	100	1.200
44	GELEIA DE FRUTAS VERMELHAS SEM AÇÚCAR , o produto deve apresentar em seu conteúdo somente frutas e estabilizante pectina proveniente de fruta. A embalagem de vidro contendo 250 g com tampa de vedação resistente que garanta um produto de primeira qualidade. Embalagem deve conter identificação/rotulagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Não deve apresentar contaminação microbiológica. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega.	FRASCO	100	10.000
45	LEITE DE COCO , embalagem de vidro com tampa de rosca resistente contendo 200 mL. Aspecto de coloração branca e espessa. Produto ter como primeiro ingrediente o leite de coco e deve ser pasteurizado. Não deve apresentar contaminação microbiológica, livre de sujidades. O produto deve conter identificação/rotulagem dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega. Frasco 200 mL.	FRASCO	50	6.000
46	ORÉGANO DESIDRATADO embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. Deve ter coloração uniforme. Não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento.	PACOTE	100	4.000
47	PÃO DE FORMA 100% INTEGRAL , produto deve ser de primeira qualidade e possuir como primeiro ingrediente farinha de trigo integral, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente com lacre, identificação na embalagem (rótulo) dos	PACOTE	100	15.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Produto deve estar fresco e macio no ato do recebimento, livre de contaminação microbiológica e sujidades. O produto deve ser fatiado. Deve ser livre de gordura trans. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data da entrega. Pacote 400 g.			
--	---	--	--	--

• **LATICÍNIOS**

48	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. O produto deve ser embalado em embalagem plástica atóxica. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do Registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Deve ser mantido refrigerado à temperatura de 1°C a 8 °C. Validade mínima de 1 (um) mês a contar da data de entrega. Embalagem deverá conter 500g.	POTE	100	12.000
49	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. O produto deve ser embalado em embalagem plástica atóxica. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do Registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Deve ser mantido refrigerado à temperatura de 1°C a 8 °C. Validade mínima de 1 (um) mês a contar da data de entrega. Embalagem deverá conter 170g.	POTE	10	400
50	QUEIJO MINAS FRESCAL refrigerado produzido com os ingredientes leite, sal, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, coalho e regulador de acidez ácido láctico. Deve conter 4,5 g de proteína por porção. Deve ser entregue a peça inteira embalada à vácuo em embalagem plástica resistente lacrada, atóxica. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do Registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 4 (quatro) meses a contar da data da entrega nas escolas ou no almoxarifado da SEMED. Deve ser mantido refrigerado à temperatura de 1°C a 8 °C. Deve ter aproximadamente 1 Kg cada peça inteira.	KG	50	6.000
51	QUEIJO MUÇARELA deve apresentar sabor suave, coloração uniforme, textura consistente. Deverá conter entre os ingredientes leite, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermento láctico e coalho. O produto deverá ser entregue em condições adequadas de conservação térmica com resfriamento de 1 °C a 10 °C. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do Registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA. Validade de 4 (quatro) meses a contar da data da entrega nas escolas ou no	KG	100	14.000



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

almoxarifado da SEMEA peça deverá apresentar 4 Kg.			
--	--	--	--

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 – Do objeto

3.1.1 – Deverão ser apresentadas amostras dos produtos constantes do Quadro 1 deste edital, a fim de verificar se os mesmos atendem ao descritivo do edital e Especificações Técnica constante da legislação vigente. As amostras deverão ser apresentadas apenas pelas licitantes VENCEDORAS, **NO PRAZO DE 05 DIAS ÚTEIS (CINCO DIAS ÚTEIS) APÓS A SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO**. Caso as amostras não sejam apresentadas neste prazo a licitante será desclassificada e será convocada a segunda colocada. Todas as amostras deverão ser entregues no quantitativo de 1 Kg/L de produto. As amostras serão submetidas à análise e avaliação pela equipe técnica do Setor de Alimentação Escolar e pelo Núcleo de Controle de Qualidade do Município, de acordo com os parâmetros descritos nos respectivos itens e ainda conforme o descrito abaixo:

3.1.1.1 – Análise EMBALAGEM será avaliada: Material, Resistência/Vedação do Material, Peso, Data e Prazo de Validade, conforme Resolução Vigente.

3.1.1.2 – Análise ROTULAGEM será avaliada: Ingredientes, Informação nutricional, Registro no órgão competente e Modo de Preparo, conforme Resolução Vigente.

3.1.1.3 – Análise DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA será avaliada: **Ficha Técnica a ser apresentada pelo licitante arrematante**, que deverá conter a imagem do produto frente e verso, bem como as informações nutricionais do produto fornecidos pelo fabricante. A Municipalidade se reserva o direito de verificar a veracidade das informações prestadas pela licitante vencedora na ficha técnica acima citada, comparando-as com a ficha técnica fornecida com o fabricante do produto. No caso de desconformidade será cancelado o respectivo lote do produto, do eventual contrato em vigor, sendo-lhe aplicada a multa no valor de 10% (dez por cento) do valor total registrado pelo lote.

3.1.1.4 – Ficam desde já cientes os licitantes de que os produtos considerados insatisfatórios em qualquer das análises serão automaticamente desclassificados, bem como o lote arrematado.

3.1.1.5 – Em caso de desclassificação será convocada a segunda colocada para apresentação de amostras e posterior análise pelo Núcleo de Controle de Qualidade, nas condições supra.

3.1.1.6 – As amostras NÃO serão devolvidas após a análise.

3.1.1.7 – Os produtos devem ser de boa qualidade, assim entendida quando atenderem ao fim proposto. Caso seja reprovado o produto do item ofertado, será desclassificada a proposta respectiva, quando será chamada a próxima classificada para verificação de sua amostra e assim sucessivamente, se necessário.

3.1.1.8 – A documentação técnica elencada deverá ser entregue, somente pelos licitantes arrematantes da etapa de lances, devendo estar identificada uma a uma e a qual item que correspondem cada um dos documentos apresentados.

3.2 – Registro do produto, quando for o caso.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

3.2.1 – O produto cuja competência seja registrada na ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária deverá apresentar Registro do Estabelecimento fabricante junto aos referidos órgãos.

3.2.2 – O(s) licitante(s) poderá(ão) apresentar em sua proposta comercial, uma opção de marca do(s) produto(s) licitado(s).

3.2.3 – As amostras deverão ser compatíveis com as descrições constantes do Quadro 1 deste Edital.

3.3 – Condições de entrega do material

3.3.1 – O objeto deverá ser entregue de forma semanal e parcelada de acordo com a quantidade descrita na Autorização de Fornecimento e de acordo com as necessidades de pedidos semanais do Setor de Alimentação Escolar;

3.3.2 – A entrega será realizada **em todas as Escolas Municipais (conforme quadro 2)** mediante elaboração de **romaneios com as quantidades de produtos (conforme ANEXO 1)** a serem entregues descritos em três vias. Após conferência do recebimento de produtos, as três vias deverão ser assinadas e carimbadas pelo responsável pela Escola, e pelo entregador. A primeira via deverá ser entregue ao responsável pela Escola, a segunda via para o setor de Alimentação e a terceira via será do contratado. A verificação da conformidade do produto será de responsabilidade dos responsáveis pelas Escolas, que deverão exigir qualidade de acordo com as especificações do Termo de Referência. Caso seja identificado que o produto está não conforme, deverá ser devolvido e o Fiscal do Contrato deverá ser comunicado imediatamente. A liberação/atesto da nota fiscal será realizada mediante anexação dos romaneios de entrega;

QUADRO 2

1.EMEIF	Amarelos
2.EMEIEF	Arlindo Gobbi
3.EMUEF	Ana Coutinho de Almeida
4.EMPEF	Antônio José Campos (Iguape)
5.EMPEF	Antônio Pedro da Vitória (Campo Grande)
6.EMUEF	Baia Nova
7.EMPEF	Cléria Belo Lyra
8.EMPEF	Emília Ana de Lyro
9.EMPEF	Francisco Honorato
10. EMPEF	Lourenço Brambati
11.EMUEF	Nossa Senhora da Penha
12.EMUEF	Otávio Pinto Ribeiro
13.EMUEF	Pedro Antônio Wandekoken
14.EMPEF	São João do Jaboti
15.EMEF	Dalzira Meriguetti Merísio
16.EMEIEF	João Batista Celestino
17.EMEIEF	José Albérico Lantiman
18.EMPEF	Lúcio Rocha de Almeida
19.EMEIEF	Maria Lino Ramos
20.EMPEF	Ormy Loureiro de Almeida
21.EMPEF	João Lima da Conceição
22.EMEIEF	Tania Ahouagi Amaral Milo



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

23.CEMEI	Acidolino Borges
24.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Acle Zouain
25.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Clarionício Ramalhete
26.PRÉ-ESCOLA	Creche Alegria
27.CEMEI	Doralice Gaio Alves
28.CEMEI	Ilcléia Fernandes Bastos de Ávila
29.CEMEI	Maria Gama dos Santos
30.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria Ignês Aleixo Pinna
31.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria José Loureiro Vicente
32.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria Inês Julião Gottardo
33.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Renata Almeida Nascimento
34.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Tercília Astori Gobbi
35.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Therezinha
36.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Vovó Arlete
37.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Vovó Neuza Nader Borges
38.CEMEI	Yeda Vieira Leal Torres
39.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Viviane Araújo de Oliveira
24.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Acle Zouain
25.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Clarionício Ramalhete
26.PRÉ-ESCOLA	Creche Alegria
27.CEMEI	Doralice Gaio Alves
28.CEMEI	Ilcléia Fernandes Bastos de Ávila
29.CEMEI	Maria Gama dos Santos
30.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria Ignês Aleixo Pinna
31.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria José Loureiro Vicente
32.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Maria Inês Julião Gottardo
33.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Renata Almeida Nascimento
34.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Tercília Astori Gobbi
35.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Therezinha
36.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Vovó Arlete
37.CEMEI/PRÉ-ESCOLA	Vovó Neuza Nader Borges
38.CEMEI	Yeda Vieira Leal Torres
39.EMEI/PRÉ-ESCOLA	Viviane Araújo de Oliveira
40.FUNDAMENTAL	APAE
41.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Ana Rocha Lyra
42.FUNDAMENTAL – EMEF	Adalgiza Fernandes Marvilla
43.FUNDAMENTAL / EJA - EMEF	Benedita Martins de Souza:
44.FUNDAMENTAL – EMEF	Celita Bastos
45.FUNDAMENTAL / EMEF	Cândida Soares Machado
46.EJA	Cmeja
47.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Constantino José Vieira
48.FUNDAMENTAL / EJA – EMEF	Darcy Ribeiro
49.FUNDAMENTAL – EMEF	Elizário Lourenço Dias
50.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Eugênio Deoclécio Borges
51.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Florisbela Lino Bandeira
52.FUNDAMENTAL – EMEF	Francisco Araújo
53.FUNDAMENTAL / EJA – EMEF	Ignêz Massad Cola
54.FUNDAMENTAL – EMEF	Joentina Simões
55.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Jorge Boueri Sobrinho



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

56.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Prof. José Antônio de Miranda:
57.FUNDAMENTAL – EMEF	Lúcia Sasso Bandeira
58.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Maria das Graças Sant'ana Menário:
59.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Prof.ª Maria Marta Dalla Huarcaya
60.FUNDAMENTAL – EMEF	Maria Ramalhete Corrêa
61.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Maria Veloso Calmon
62.FUNDAMENTAL / INTEGRAL – EMEF	Marinalva Aragão Amorim
63.FUNDAMENTAL – EMEF	Otacília Borges Figueiredo
64.FUNDAMENTAL – EMEF	Presidente Costa e Silva
65.FUNDAMENTAL – EMEF	Rosa Simões de Almeida
66.FUNDAMENTAL – EMEIEF	Zilnete Pereira Guimarães
67.FUNDAMENTAL	Pestalozzi

3.3.3 – O recebimento provisório não implica a aceitação do objeto;

3.3.4 – Os itens que estiverem em desacordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência, apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso, serão recusados e devolvidos parcial ou totalmente, conforme o caso, ficando a contratada obrigada a **substituí-los no prazo de 2 (dois) dias úteis**, contados da data de recebimento da notificação escrita, sob pena de incorrer em atraso quanto ao caso de execução;

3.3.5 – Somente após verificação de enquadramento do produto entregue com as especificações definidas neste Termo de Referência, dar-se-á o recebimento definitivo pelo Fiscal de Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório;

3.3.6 – A contratada deverá entregar o objeto de maneira que seja possível conferir, separadamente, cada um, de forma que facilite a contagem e controle no ato da entrega nas Escolas. Os itens deverão ser entregues conforme quantidade estabelecida em pedido semanal de acordo com a solicitação prévia do setor de Alimentação Escolar;

3.3.7 – O veículo que será utilizado para entrega deverá estar em boas condições higiênico-sanitárias; e deverá conter balança para conferência de produtos no ato do recebimento nas Escolas.

3.3.8 – Os itens ofertados deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações que constam neste Termo de Referência; as normas da ANVISA e/ou VIGILÂNCIA SANITÁRIA conforme especificação e adequação a cada item solicitado neste Termo;

3.3.9 – O objeto ofertado deverá ser de ótima qualidade e atender as especificações técnicas exigidas; será recusado objeto deteriorado, alterado, adulterado, avariado, corrompido, fraudado, bem como aquele em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição e apresentação; o recebimento definitivo não isenta a empresa de responsabilidades futuras quanto à qualidade do objeto entregue;

3.3.10 – O descarregamento do objeto ficará a cargo da contratada, devendo ser providenciada mão de obra necessária;

3.3.11 – O objeto poderá ser entregue de segunda-feira a sexta-feira, de acordo com a data estabelecida pelo setor, no horário de 7h00min às 9h00min quando for solicitada entrega no Setor de Alimentação Escolar; as entregas nas Escolas poderão ser realizadas no horário de 7h00min às 17h00min. deve ser respeitada rigorosamente a programação e horários de entrega estabelecidos pelo Setor de Alimentação Escolar.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA

4.1 – A entrega do objeto deverá ser efetuada impreterivelmente em até **03 (três) dias corridos**, após o recebimento da Autorização de Fornecimento nas quantidades estabelecidas pelo setor semanalmente.

Vanessa da Silva Constancio
Nutricionista SEMED

Paula Tavares Antunes
Nutricionista SEMED

Daniela Medeiros Silveira
Nutricionista SEMED

ANEXO 1 - Modelo de romaneio

Guarapari, ____ de _____ de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Pregão eletrônico nº 010 / nº do processo: 20445/2021

Nome do Fornecedor:

ESCOLA:

PRODUTO	QUANTIDADE (KG)

Responsável pela Escola

Produtor



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

LOTE 01 AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ALFACE AMERICANA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	UND	5250		R\$3,50	R\$ 18.375,00
2	AMEIXA IMPORTADA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$23,00	R\$ 51.750,00
3	BANANA PRATA <i>in natura</i> ; de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	10500		R\$4,50	R\$ 47.250,00
4	BANANA DA TERRA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	15000		R\$5,00	R\$ 75.000,00
5	BATATA BAROA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$8,99	R\$ 20.227,50
6	BATATA DOCE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	5250		R\$5,00	R\$ 26.250,00
7	BETERRABA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	7500		R\$4,99	R\$ 37.425,00
8	BRÓCOLIS HÍBRIDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$4,00	R\$ 9.000,00
9	CEBOLA ROXA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1500		R\$5,99	R\$ 8.985,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10	CEBOLINHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MÇ	4500		R\$2,98	R\$ 13.410,00
11	CENOURA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3750		R\$4,59	R\$ 17.212,50
12	ESPINAFRE <i>in natura</i> , com folhas verdes, fresco, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MÇ	2250		R\$3,50	R\$ 7.875,00
13	GOIABA VERMELHA, TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; em intermediário estado de maturação; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$5,00	R\$ 11.250,00
14	KIWI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$13,90	R\$ 31.275,00
15	LARANJA LIMA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	7500		R\$3,50	R\$ 26.250,00
16	LIMÃO TAHITI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	9000		R\$5,00	R\$ 45.000,00
17	MAÇÃ FUJI <i>in natura</i> , tamanho grande, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	11250		R\$6,50	R\$ 73.125,00
18	MAÇÃ VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; tamanho grande; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1125		R\$7,50	R\$ 8.437,50
19	MAMÃO PAPAYA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3000		R\$4,50	R\$ 13.500,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

20	MANGA PALMER <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$5,20	R\$ 11.700,00
21	MANJERICÃO FRESCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MAÇO	3000		R\$2,49	R\$ 7.470,00
22	MELANCIA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	41250		R\$3,00	R\$ 123.750,00
23	MELÃO AMARELO TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3375		R\$5,99	R\$ 20.216,25
24	MILHO VERDE EM ESPIGA COM PALHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA).	KG	7500		R\$6,50	R\$ 48.750,00
25	MORANGO GRAÚDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	CAIXA	13500		R\$6,00	R\$ 81.000,00
26	OVOS DE CODORNA frescos, de primeira qualidade com casca íntegra, sem rachaduras, coloração uniforme, e sem sujidades em excesso; tamanho médio com peso de aproximadamente 10 gramas. Cartela com 30 unidades.	CAIXA	1500		R\$15,00	R\$ 22.500,00
27	PEPINO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	8250		R\$2,99	R\$ 24.667,50
28	PIMENTÃO VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$5,00	R\$ 11.250,00
29	QUIABO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	4500		R\$8,00	R\$ 36.000,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

30	REPOLHO BRANCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	15000		R\$2,95	R\$ 44.250,00
31	TAIOBA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MAÇO	2250		R\$3,00	R\$ 6.750,00
32	TOMATE CEREJA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2250		R\$5,50	R\$ 12.375,00
33	UVA CRIMSON , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1500		R\$10,99	R\$ 16.485,00
34	VAGEM <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	7500		R\$7,98	R\$ 59.850,00
VALOR TOTAL LOTE 01						R\$ 1.068.611,25

LOTE 02 COTA EXCLUSIVA PARA ME EPP OU EQUIPARADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	ALFACE AMERICANA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	UND	1750		R\$3,50	R\$ 6.125,00
2	AMEIXA IMPORTADA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$23,00	R\$ 17.250,00
3	BANANA PRATA <i>in natura</i> ; de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3500		R\$4,50	R\$ 15.750,00
4	BANANA DA TERRA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	5000		R\$5,00	R\$ 25.000,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	DE REFERENCIA)					
5	BATATA BAROA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$8,99	R\$ 6.742,50
6	BATATA DOCE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1750		R\$5,00	R\$ 8.750,00
7	BETERRABA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2500		R\$4,99	R\$ 12.475,00
8	BRÓCOLIS HÍBRIDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$4,00	R\$ 3.000,00
9	CEBOLA ROXA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	500		R\$5,99	R\$ 2.995,00
10	CEBOLINHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MÇ	1500		R\$2,98	R\$ 4.470,00
11	CENOURA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1250		R\$4,59	R\$ 5.737,50
12	ESPINAFRE <i>in natura</i> , com folhas verdes, fresco, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MÇ	750		R\$3,50	R\$ 2.625,00
13	GOIABA VERMELHA, TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; em intermediário estado de maturação; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$5,00	R\$ 3.750,00
14	KIWI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$13,90	R\$ 10.425,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

15	LARANJA LIMA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2500		R\$3,50	R\$ 8.750,00
16	LIMÃO TAHITI <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3000		R\$5,00	R\$ 15.000,00
17	MAÇÃ FUJI <i>in natura</i> , tamanho grande, de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3750		R\$6,50	R\$ 24.375,00
18	MAÇÃ VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; tamanho grande; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	375		R\$7,50	R\$ 2.812,50
19	MAMÃO PAPAYA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1000		R\$4,50	R\$ 4.500,00
20	MANGA PALMER <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$5,20	R\$ 3.900,00
21	MANJERICÃO FRESCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MAÇO	1000		R\$2,49	R\$ 2.490,00
22	MELANCIA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	13750		R\$3,00	R\$ 41.250,00
23	MELÃO AMARELO TIPO EXTRA , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1125		R\$5,99	R\$ 6.738,75
24	MILHO VERDE EM ESPIGA COM PALHA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA) .	KG	2500		R\$6,50	R\$ 16.250,00
25	MORANGO GRAÚDO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	CAIXA	4500		R\$6,00	R\$ 27.000,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)					
26	OVOS DE CODORNA frescos, de primeira qualidade com casca íntegra, sem rachaduras, coloração uniforme, e sem sujidades em excesso; tamanho médio com peso de aproximadamente 10 gramas. Cartela com 30 unidades.	CAIXA	500		R\$15,00	R\$ 7.500,00
27	PEPINO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2750		R\$2,99	R\$ 8.222,50
28	PIMENTÃO VERDE <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$5,00	R\$ 3.750,00
29	QUIABO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1500		R\$8,00	R\$ 12.000,00
30	REPOLHO BRANCO <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	5000		R\$2,95	R\$ 14.750,00
31	TAIOBA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	MAÇO	750		R\$3,00	R\$ 2.250,00
32	TOMATE CEREJA <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	750		R\$5,50	R\$ 4.125,00
33	UVA CRIMSON , <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	500		R\$10,99	R\$ 5.495,00
34	VAGEM <i>in natura</i> , de primeira qualidade; características físicas: tamanho, coloração uniforme, e intacto. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	2500		R\$7,98	R\$ 19.950,00
VALOR TOTAL LOTE 02						R\$ 356.203,75



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LOTE 03 AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AÇAFRÃO DA TERRA EM PÓ (CÚRCUMA) , embalagem com 60 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACO TE	225		R\$4,29	R\$ 965,25
2	AMENDOIM TORRADO E MOÍDO SEM SAL , não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento. Pacote deverá conter 500 g.	PACO TE	7500		R\$6,00	R\$ 45.000,00
3	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM teor de acidez menor ou igual a 0.5%; índice de peróxido menor ou igual a 20 mEq/Kg; extinção específica no ultravioleta 270 nm menor ou igual a 0,22; extinção específica no ultravioleta Delta K menor ou igual a 0,01; extinção específica no ultravioleta 232 nm menor ou igual a 2,5. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRAS CO	7500		R\$19,99	R\$ 149.925,00
4	AZEITONA VERDE EM CONSERVA SEM CAROÇO , embalagem sachê plástico transparente e atóxico, com 300 g de peso líquido e 120 g de peso drenado. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	SACH Ê	4500		R\$7,94	R\$ 35.730,00
5	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL CONTENDO 100% CACAU , caixa contendo 200 g. O primeiro ingrediente deve ser cacau em pó, deve conter cacau em pó lecitinado e menor quantidade de açúcar. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	CAIXA	4500		R\$9,00	R\$ 40.500,00
6	DAMASCO DESIDRATADO TURCO , deve apresentar coloração amarelada, textura macia e sabor adocicado. Deve ter coloração uniforme. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACO TE	7500		R\$8,70	R\$ 65.250,00
7	ERVAS FINAS DESIDRATADAS embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACO TE	750		R\$5,78	R\$ 4.335,00
8	FARINHA DE ARROZ em embalagem plástica resistente, atóxica, transparente, com identificação na	PACO TE	1800		R\$4,50	R\$ 8.100,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega. Pacote 500 g.					
9	FEIJÃO FRADINHO tipo 1, classe branco, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na embalagem. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	900		R\$6,53	R\$ 5.877,00
10	GELEIA DE FRUTAS VERMELHAS SEM AÇÚCAR , o produto deve apresentar em seu conteúdo somente frutas e estabilizante pectina proveniente de fruta. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRASCO	7500		R\$7,00	R\$ 52.500,00
11	LEITE DE COCO , embalagem de vidro com tampa de rosca resistente contendo 200 mL. Aspecto de coloração branca e espessa. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRASCO	4500		R\$4,99	R\$ 22.455,00
12	ORÉGANO DESIDRATADO embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. Deve ter coloração uniforme. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	3000		R\$3,29	R\$ 9.870,00
13	PÃO DE FORMA 100% INTEGRAL , produto deve ser de primeira qualidade e possuir como primeiro ingrediente farinha de trigo integral, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente com lacre, identificação na embalagem. ((DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	11250		R\$7,00	R\$ 78.750,00
VALOR TOTAL LOTE 03						R\$ 519.257,25

LOTE 04 COTA EXCLUSIVA PARA ME EPP OU EQUIPARADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	AÇAFRÃO DA TERRA EM PÓ (CÚRCUMA) , embalagem com 60 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	75		R\$4,29	R\$ 321,75



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2	AMENDOIM TORRADO E MOÍDO SEM SAL , não deve apresentar contaminação microbiológica e/ou sujidades. Deve possuir validade mínima de 1 (um) ano a contar a partir da data de fabricação no ato do recebimento. Pacote deverá conter 500 g.	PACOTE	2500		R\$6,00	R\$ 15.000,00
3	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM teor de acidez menor ou igual a 0.5%; índice de peróxido menor ou igual a 20 mEq/Kg; extinção específica no ultravioleta 270 nm menor ou igual a 0,22; extinção específica no ultravioleta Delta K menor ou igual a 0,01; extinção específica no ultravioleta 232 nm menor ou igual a 2,5. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRASCO	2500		R\$19,99	R\$ 49.975,00
4	AZEITONA VERDE EM CONSERVA SEM CAROÇO , embalagem sachê plástico transparente e atóxico, com 300 g de peso líquido e 120 g de peso drenado. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	SACHÊ	1500		R\$7,94	R\$ 11.910,00
5	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL CONTENDO 100% CACAU , caixa contendo 200 g. O primeiro ingrediente deve ser cacau em pó, deve conter cacau em pó lecitinado e menor quantidade de açúcar. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	CAIXA	1500		R\$9,00	R\$ 13.500,00
6	DAMASCO DESIDRATADO TURCO , deve apresentar coloração amarelada, textura macia e sabor adocicado. Deve ter coloração uniforme. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	2500		R\$8,70	R\$ 21.750,00
7	ERVAS FINAS DESIDRATADAS embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACOTE	250		R\$5,78	R\$ 1.445,00
8	FARINHA DE ARROZ em embalagem plástica resistente, atóxica, transparente, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas larvas e material estranho. Validade mínima de 1 (um) ano, a contar da data de entrega. Pacote 500 g.	PACOTE	600		R\$4,50	R\$ 2.700,00
9	FEIJÃO FRADINHO tipo 1, classe branco, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente, com identificação na	PACOTE	300		R\$6,53	R\$ 1.959,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	embalagem. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)					
10	GELEIA DE FRUTAS VERMELHAS SEM AÇÚCAR , o produto deve apresentar em seu conteúdo somente frutas e estabilizante pectina proveniente de fruta. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRAS CO	2500		R\$7,00	R\$ 17.500,00
11	LEITE DE COCO , embalagem de vidro com tampa de rosca resistente contendo 200 mL. Aspecto de coloração branca e espessa. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	FRAS CO	1500		R\$4,99	R\$ 7.485,00
12	ORÉGANO DESIDRATADO embalagem com 100 g. Produto deve ser de primeira qualidade com embalagens secundárias lacradas plásticas atóxicas transparentes. Deve ter coloração uniforme. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACO TE	1000		R\$3,29	R\$ 3.290,00
13	PÃO DE FORMA 100% INTEGRAL , produto deve ser de primeira qualidade e possuir como primeiro ingrediente farinha de trigo integral, acondicionado em embalagem resistente de polietileno atóxico transparente com lacre, identificação na embalagem. ((DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	PACO TE	3750		R\$7,00	R\$ 26.250,00
VALOR TOTAL LOTE 04						R\$ 173.085,75

Lote 05 AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARI O	VALOR TOTAL
1	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. Embalagem 500 g. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	POTE	9000		R\$8,19	R\$ 73.710,00
2	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. Embalagem 170g. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	POTE	300		R\$2,90	R\$ 870,00
3	QUEIJO MINAS FRESCAL refrigerado produzido com os ingredientes leite, sal, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, coalho e regulador de acidez ácido láctico. Deve conter 4,5 g de proteína por porção. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	4500		R\$29,00	R\$ 130.500,00



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

	REFERENCIA)					
4	QUEIJO MUÇARELA deve apresentar sabor suave, coloração uniforme, textura consistente. Deverá conter entre os ingredientes leite, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermento láctico e coalho. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG			R\$37,00	
			10500			R\$ 388.500,00
VALOR TOTAL LOTE 05						R\$ 593.580,00

LOTE 06 COTA EXCLUSIVA PARA ME EPP OU EQUIPARADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Marca/ modelo	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. Embalagem 500 g. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	POTE	3000		R\$8,19	R\$ 24.570,00
2	IOGURTE DE FRUTAS NATURAL INTEGRAL , leite integral e/ou leite em pó integral reconstituído e fermento lácteo. Embalagem 170g. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	POTE	100		R\$2,90	R\$ 290,00
3	QUEIJO MINAS FRESCAL refrigerado produzido com os ingredientes leite, sal, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, coalho e regulador de acidez ácido láctico. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	1500		R\$29,00	R\$ 43.500,00
4	QUEIJO MUÇARELA deve apresentar sabor suave, coloração uniforme, textura consistente. Deverá conter entre os ingredientes leite, cloreto de sódio, cloreto de cálcio, fermento láctico e coalho. (DESCRIÇÃO CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA)	KG	3500		R\$37,00	R\$ 129.500,00
VALOR TOTAL LOTE 06						R\$ 197.860,00

Assinatura Identificável do representante da empresa
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III

PROPOSTA COMERCIAL

Empresa: _____(Nome da Empresa)_____
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

Prezados Senhores,

Pelo presente, formulamos Proposta Comercial para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICIPIO - SEMED**, de acordo com todas as condições do edital e seus anexos.

1 - Compõem nossa Proposta os seguintes anexos:

Anexo I e II - Descrição do Objeto, com indicação dos preços unitários de cada item e do preço global;
Anexo IV - Exigências para Habilitação;

- 2 - O prazo de validade de presente Proposta é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data estabelecida neste edital.
- 3 - Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem em única e total contraprestação pela execução do objeto contratual.

Sem mais para o momento, firmamo-nos,

Atenciosamente,

Assinatura Identificável do representante da empresa
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

Para habilitar-se no certame, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos abaixo, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública:

1 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Parágrafo único. Deverá estar prevista no Estatuto ou Contrato Social da licitante a autorização para empreender atividades compatíveis com o objeto desta Licitação.

1.2 -Se a empresa deseja autenticar os documentos na COPEL, está autenticação **PREFERENCIALMENTE** deverá ocorrer em até 24h00 (vinte e quatro horas) antes do término do acolhimento da proposta pelo sistema. A tolerância em relação ao prazo não constituirá novação, mas liberalidade do Município contratante.

1.3 A habilitação ao presente pregão será demonstrada através da apresentação dos documentos abaixo relacionados **COM AUTENTICAÇÃO PREFERENCIAL DIGITAL:**

- a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade e CPF do (s) sócio (s) administrador (es) da empresa licitante;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- c) Cópia autenticada do Ato constitutivo, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos referente à eleição dos administradores da sociedade. No caso de sociedade (s) civil (s), inscrição de seu ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício. No caso de empresa individual, registro comercial. O Ato Constitutivo ou contrato social devem estar acompanhados de todas as alterações efetuadas ou da respectiva consolidação.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.3.1- DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) **ALVARÁ SANITÁRIO**
- b) Prova de inscrição **ativa** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, **devidamente atualizada**.
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa) e Municipal da sede da licitante, **válida na data da licitação**.
- d) Certificado de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, **válida na data da licitação**;
- e) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência Social, emitida pela Receita Federal, **válida na data da licitação**;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista CNDT, **válida na data da licitação**.

§1º. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

§2º. Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

I – A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

II - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período a critério da administração, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

III - Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

IV - Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal;

V - O prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão;

VI - A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação;

1.3.2 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, através de no mínimo 01 (um) de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. **TODOS OS ATESTADOS/DECLARAÇÃO DEVERÃO ESTAR COM E COM O CNPJ DA EMPRESA QUE ESTA FORNECENDO O ATESTADO;**

1.3.3 – DECLARAÇÕES ASSINADAS PELO REPRESENTANTE DA EMPRESA:

a) Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99), conforme modelo no **Anexo VII**;

b) Declaração do licitante de que não tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Município de Guarapari, conforme modelo no **Anexo VIII**;

c) Declaração de credenciamento, indicando que é a pessoa autorizada a representar a empresa, em todos os atos, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame. Conforme modelo no **Anexo V**

d) Declaração, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02. Conforme modelo no **Anexo VI**

e) Declaração para ME e EPP, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Conforme modelo no **Anexo IX**

1.3.4 – DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado a mais de 3(três) meses da data de apresentação das propostas, com termo de abertura e encerramento e com registro na Junta Comercial. No caso de empresas recentes, constituídas no presente exercício, será admitido Balanço de abertura, porém com o devido registro na Junta Comercial;

a.1) Para Sociedade Anônimas e outras Companhias obrigada à publicação de Balanço, na forma da Lei nº 6.404/76, cópias da publicação de:

-Balanço patrimonial;

-Demonstração do resultado do exercício;



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- Demonstração das origens e aplicações de recursos;
- Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas explicativas do balanço.

a.2) Para outras empresas:

- Balanço patrimonial registrado na Junta Comercial;
- Demonstração do resultado do exercício;
- Cópia autenticada do termo de abertura e de encerramento do livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial.
- Notas explicativas do balanço

b) Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá providenciar junto ao mesmo a seguinte documentação:

- Termo de Autenticação do Livro Digital;
- Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício
- Notas explicativas do balanço

c) No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte cadastradas e optante pelo "SIMPLES", deverão apresentar somente Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS/PGDAS.

c.1) Se as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte apresentarem o Balanço Patrimonial deverão apresentar também a Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais – DEFIS/PGDAS.

c.2) Caso a Empresa tenha sido constituída há menos de 01 (um) ano, deverá apresentar declaração comprobatória de rendimentos mensais emitido pelo Site do Simples Nacional englobando todos os meses da data de início das atividades até a data designada para abertura desta licitação.

I – Os documentos mencionados acima deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

II – Não serão aceitos protocolos referentes à solicitação feita às repartições competentes, quanto aos documentos acima mencionados, nem cópias ilegíveis ainda que autenticadas.

III – A Pregoeira, durante a análise do envelope de Habilitação, quando julgar necessário, procederá a validação das certidões nos órgãos oficiais emissores.

1.3.5 – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIVALENTES

1.3.5.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.3.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.3.5.3 A não regularização da documentação, no prazo de cinco dias úteis, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

1.3.5.4 Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3.5.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

1.3.5.6 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a”, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 1.3.5.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 1.3.5.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 1.3.5.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 1.3.5.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 1.3.5.8 O disposto no item 1.3.5.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 1.3.5.9 No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 1.3.5.10 A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito micro empresarial.
- 1.3.5.11 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS

Guarapari, de de 2022.

À
Pregoeira Oficial do Município de Guarapari

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no **Pregão Eletrônico nº 010/2022**.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Carimbo de CNPJ
RG E CPF



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Local, de de 2022.

À
Pregoeira Oficial do Município de Guarapari,

Assunto: Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho para participação no **Pregão Eletrônico nº 010/2022**.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Carimbo de CNPJ
RG E CPF



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Local, de de 2022.

À
Pregoeira Oficial do Município de Guarapari

Assunto: Declaração de Idoneidade para participação no **Pregão Eletrônico nº 010/2022**.

A empresa ____ (razão social), estabelecida à ____ (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ, sob o nº____, neste ato representado(s) pelo (a) Sr. (a) ____ (nome e identificação do representante legal), carteira de identidade nº____, CPF nº____, declara sob as penalidades cabíveis a **inexistência de fatos que venha declarar inidônea pela Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública de qualquer Município.**

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Carimbo de CNPJ
RG E CPF



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Local, de 2022.

À
Pregoeira Oficial do Município de Guarapari,

Assunto: Declaração de ME ou EPP ou empresa de porte equiparado para participação no **Pregão Eletrônico nº 010/2022**.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Observação: em caso AFIRMATIVO assinalar a ressalva abaixo)

Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 para a regularização, estando ciente que, do contrário, haverá decadência do direito à contratação, como também sujeição às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/1993.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)
Carimbo de CNPJ
RG E CPF



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IX

**MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE GUARAPARI E A EMPRESA_____.**

Pelo presente Termo de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE GUARAPARI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Alencar de Moraes Rezende, nº 100, Jardim Boa Vista, Guarapari-ES, inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.190/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal (qualificação), doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado a EMPRESA _____, representada neste ato por seu sócio(a) _____, (qualificação), doravante denominada **CONTRATADA**, têm justos e acordados o presente Contrato **PARA AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICÍPIO - SEMED, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação- SEMED**, em conformidade com o **Pregão Eletrônico nº. 010/2022, Processos nº 20445/2021**, que se fará reger pelas cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

1.1 - O presente Contrato tem como objeto a para o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICÍPIO - SEMED**, em atendimento a solicitação da **Secretaria Municipal de Educação- SEMED**.

1.2 **Para assinatura do contrato a licitante vencedora do certame DEVERÁ APRESENTAR:**

- a) Prova de inscrição **ativa** no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, **devidamente atualizada**.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal, Estadual (onde for sediada a empresa) e Municipal da sede da licitante, **devidamente atualizada**.
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, **devidamente atualizada**;
- d) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdência Social, emitida pela Receita Federal, **devidamente atualizada**;
- e) Certidão Negativa de Débito Trabalhista CNDT, **devidamente atualizada**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato tem o valor total estimado de **R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxx)**.

2.2 – O pagamento será efetuado de acordo com a prestação do serviço, com apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo FISCAL DO CONTRATO a servidora **Mirelly Ferreira Vicente, no cargo de Gerente de alimentação, da Secretaria Municipal de Educação -SEMED**, mediante a apresentação da CND Conjunta da Receita Federal, CND Estadual e Municipal da Sede, CND do INSS e CND do FGTS, CNDT e CND do Município de Guarapari.

2.3 – Caso o faturamento apresente alguma incorreção ou divergência de valores, será devolvido para as devidas correções e/ou ajustes e o prazo para pagamento será contado a partir da data da reapresentação do documento fiscal.

2.4 – Os atrasos ocorridos no recebimento do objeto não serão computados para efeito de reajuste.

2.5 - Não serão efetuados pagamentos adiantados, sob qualquer hipótese.

2.6 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

2.7 - O Município de Guarapari poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.8 - Só serão efetuados os pagamentos referentes ao material e/ou serviços efetivamente entregues e/ou prestados.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.9 - As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas pela própria empresa fornecedora do objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

2.10 - O pagamento do valor mensal do contrato está **CONDICIONADO** à apresentação de comprovantes de pagamentos das verbas trabalhistas de todos os empregados contratados para a execução dos serviços em favor do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

3.1 O prazo de VIGÊNCIA CONTRATUAL estará adstrito aos créditos orçamentários anuais, a contar da **PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**.

3.1.1 – Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO

4.1 - Suportará as despesas decorrentes do presente contrato a seguinte classificação orçamentária:

ÓRGÃO: 16

UG: 201

ELEMENTO: 3.3.90.30.07

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - DA CONTRATADA

5.1.1 - A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, sempre em regime de entendimento com a Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, dispondo está de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do mesmo.

5.1.2 – A CONTRATADA assumirá total responsabilidade na execução dos serviços, isentando o Município de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.

5.1.3 – Fica desde já, o Município contratante, isento de responsabilidade indenizatória de qualquer espécie.

5.1.4 – Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no edital, a remessa do produto apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

5.1.5 – No caso de reincidência de produtos fora das especificações, considerar-se-á, independentemente de procedimentos judiciais, ou extrajudiciais, cancelado o pleno direito da contratação.

5.1.6 – Caberá a CONTRATADA GARANTIR que a prestação de serviços deverá atender às especificações exigidas de acordo com as determinações do Edital.

5.1.7- A Contratada deverá garantir a qualidade do objeto licitado e arcar com qualquer prejuízo à contratante decorrente de sua utilização.

5.1.8 – A empresa fornecedora **não poderá ceder ou subcontratar**, parcial ou totalmente o fornecimento previsto neste Edital, sem prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, ressalvando-se de que, quando concedida a subcontratação, obriga-se à empresa fornecedora a obedecer integralmente aos termos do instrumento convocatório, apresentado pelo Município comprador, e sob sua inteira responsabilidade, reservando ainda, ao comprador o direito de, a qualquer tempo, dar por terminada a subcontratação, sem que caiba à subcontratada o direito de reclamar indenização ou prejuízo de qualquer espécie ao comprador.

5.2 - DA CONTRATANTE

5.2.1- Compete ao Contratante obrigatoriamente:

5.2.1.1- Realizar a inspeção, conferência, fiscalização qualitativa e quantitativa do objeto licitado e o ateste da fatura que ficará a cargo do Fiscal do Contrato da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.2.1.2- Comunicar à LICITANTE VENCEDORA toda e qualquer ocorrência e/ou irregularidade relacionada com a execução do objeto da licitação, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

5.2.1.3- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

5.2.1.4- Providenciar os pagamentos à LICITANTE VENCEDORA à vista de Recibos e Notas Fiscais, atestadas pelos fiscais do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

6.1 – O CONTRATANTE indica a servidora **Mirelly Ferreira Vicente, no cargo de Gerente de alimentação, da Secretaria Municipal de Educação -SEMED**, como **FISCAL DO CONTRATO**, sendo responsável pela inspeção, conferência, fiscalização qualitativa e quantitativa dos insumos a serem adquiridos, bem como por atestarem as Notas Fiscais, observado antes de cada pagamento se o fornecimento atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital e os preços aqui firmados.

6.2 - As decisões e providências que ultrapassam a competência dos Fiscais do Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – No caso da **CONTRATADA** não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Multa;
- b) Rescisão do Contrato ou cancelamento da ordem de serviço;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município de Guarapari, por um período de 06(seis) meses a 02(dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir ao Município pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

7.2- Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, por dia até o trigésimo dia de atraso, se os serviços não forem realizados quando a **CONTRATADA** sem justa causa deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido a obrigação assumida.

7.3 – Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, quando a **CONTRATADA**:

- a) Prestar informações inexatas ou criar embaraços a fiscalização;
- b) Transferir ou ceder suas obrigações a terceiros, sem a prévia autorização da **CONTRATANTE**;
- c) Desatender as determinações da fiscalização;
- d) Cometer faltas reiteradas na execução dos serviços;
- e) Não iniciar sem justa causa, a execução dos serviços contratados no prazo fixado;

7.4 – Será aplicada multa de 10%(dez por cento) sobre o valor do contrato, quando a **CONTRATADA**:

- a) Ocasionar, sem justa causa, o atraso superior a 30(trinta) dias na execução dos serviços contratados;
- b) Recusar-se a executar, sem justa causa, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- c) Praticar, por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos a **CONTRATANTE** ou a terceiros, independentemente da obrigação da **CONTRATADA** em reparar os danos causados.

7.5- Quando o objeto contratado não for prestado e aceito até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do direito de participar de licitação promovida pelo **CONTRATANTE** será automática e perdurará até que seja feita sua entrega, sem prejuízo de outras penalidades previstas em Lei e neste Edital.



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.6- Será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA sem justa causa não cumprir as obrigações assumidas. Praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, a juízo do CONTRATANTE, independentemente das demais sanções cabíveis.

a) A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, assegurada defesa ao infrator, ponderada a natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial.

b) As multas aplicadas deverão ser recolhidas na Tesouraria da Prefeitura, dentro do prazo improrrogável de 10(dez) dias, contados da data de notificação, independentemente do julgamento do pedido de reconsideração do recurso.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

8.1 - O Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

8.1.1 - Unilateralmente pelo Município:

- a) quando houver modificação do propósito ou das especificações para melhor adequação aos seus objetivos finais;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por lei.

8.1.2 - Por interesse do Município, devidamente comprovado.

8.1.3 - Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sempre observado o interesse do Município.
- c) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem na obra, até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.
- d) Quaisquer tributos ou encargos legais, supervenientes, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão à revisão destes.
- e) Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE restabelecerá por aditamento o equilíbrio econômico financeiro inicial.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento pela **CONTRATADA** de cláusulas contratuais, prazos ou seu cumprimento irregular;
 - b) Impontualidade no cumprimento do Contrato, levando o Município a comprovar a impossibilidade dos serviços, nos prazos estipulados;
 - c) subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Contrato;
 - d) desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada pelo Município, para fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
 - e) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo **CONTRATANTE**;
 - f) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- 9.2 - Em todas as condições acima referenciadas, sempre será observado o interesse do **CONTRATANTE**.

9.3 - Declarada a rescisão do Contrato, a **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE** somente o referente ao pagamento dos serviços realizados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.1 - Este Contrato foi elaborado em conformidade com **Processos nº 20445/2021, Pregão Eletrônico nº 010/2022**, e conforme a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 – As partes elegem o Foro da Comarca de Guarapari, Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Instrumento Contratual, com renúncia de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam.

11.2 - E por estarem assim, justas e contratadas entre si, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os devidos efeitos legais e de direito.

Guarapari (ES), ___ de _____ de 2022

Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO XI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 20445/2021

No dia XX de XXXXXX de 2022, o **MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.190/0001-53, com sede na Rua Alencar Moraes de Resende, 100, Jardim Boa Vista, Guarapari/ES, por intermédio da **Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD**, com base nas normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. xxx/2022**, resultado do processo licitatório, divulgado no Diário Oficial e homologada pelo ordenador de despesas deste Município, **SR. EDSON FIGUEIREDO MAGALHAES**, RESOLVE REGISTRAR PREÇO VISANDO a **AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICIPIO - SEMED**, objeto do pregão acima citado, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA PARTE CONTRATADA

1 - A presente Ata tem por objetivo assegurar o compromisso de possível contratação entre o Município de Guarapari/Secretaria Municipal da Saúde e a empresa vencedora do certame licitatório _____, com sede _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo _____(condição jurídica do representante)_____ Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____ referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2022**, cujo objeto visa a **AQUISIÇÃO DE GENERO ALIMENTICIOS PARA SUPRIR AS DEMANDAS NUTRICIONAIS DAS ESCOLAS PÚBLICAS NESTE MUNICIPIO - SEMED**, conforme Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento:

ÓRGÃO: 16

UG: 201

ELEMENTO: 3.3.90.30.07

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE E REAJUSTE DA ATA

3 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, **vedada a sua prorrogação**.

3.1 - Durante prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a prefeitura de Guarapari não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecer os produtos em igualdade de condições.

3.2 - Considerando o prazo de validade estabelecido da presente Ata, e em atendimento ao § 1º, art. 28 da Lei Federal 9.069, de 29 de junho de 1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

3.2.1 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face de superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

3.3 - É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos desta Ata de Registro de Preços

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os Órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, desde que autorizados pelo Município de Guarapari/ES.

4.1 - O preço ofertado pela (s) empresa (s) signatária (s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado nesta Ata.

4.2 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.

4.3 - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada pela empresa da presente Ata, a qual também a integram.

CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5 - A relação do (s) item (ns) com a (s) respectiva (s) empresa (s) ofertante (s) do melhor lance, a (s) qual (is) terá (ao) preferência de contratação constitui o **Anexo I** desta Ata.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

6 - A entrega será parcelada, devendo a contratada realizar a primeira entrega **em até XX (XXXX) dias úteis** a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, na Secretaria Municipal de Saúde, conforme Termo de referência.

6.1 - Entende-se como fornecimento a efetiva entrega do objeto solicitado em total conformidade com as condições e especificações do Edital e seus Anexos.

6.2 - A Secretaria Requisitante será responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento solicitado.

6.3 - A fiscalização a que se refere a subcláusula segunda não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7 - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito de acordo com o previsto no Edital do Pregão Eletrônico que originou esta Ata, através dos dados bancários indicados pelo CONTRATADO em sua proposta comercial.

7.1 - Para fins de pagamento Nota Fiscal deverá ser encaminhada à Secretaria Requisitante, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do fornecimento, a qual procederá o aceite e atestará o documento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8 - A vencedora do certame que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições da presente ata ficará sujeita às penalidades previstas no art. 7º da Lei nº. 10.520/02, bem como aos arts. 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93.

8.1 - De conformidade com o art. 86 da Lei nº. 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) dias, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

8.2 - Nos termos do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial desta ata, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Guarapari, por prazo de até 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública em geral, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou



MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.3 - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a contratada vier a fazer jus, acrescido de juros monetários de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando, for o caso, cobrado judicialmente.

8.4 - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á a comunicação escrita à empresa, e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado no cadastro correspondente.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1) Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

I - Pela Administração, quando:

- a)** a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b)** a detentora não assinar o contrato no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c)** a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- d)** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;
- e)** cometimento reiterado de falhas na sua execução, anotadas em registro próprio, pelo representante da **CONTRATANTE** designado para acompanhamento e fiscalização deste contrato;
- f)** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g)** por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;
- h)** a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste Edital, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
- i)** no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado após a publicação.

II - Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, **comprovarem** estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços:

- a)** a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas neste Contrato, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO

10 - O fornecimento, objeto da presente Ata de Registro de Preços, será autorizado, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do Município de Guarapari.

10.1 - A solicitação das ordens de autorizações de fornecimento ou cancelamento, total ou parcial será igualmente autorizada pelo Órgão requisitante.

10.2 - O gerenciamento das autorizações de fornecimento caberá à SEMAD- Secretaria Municipal de Administração.

10.3 - A emissão das autorizações de fornecimento às contratadas será realizada pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

11 - Integra esta Ata, o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2022** e a propostas da empresa abaixo relacionada.



**MUNICÍPIO DE GUARAPARI
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

11.1 - Fica eleito o Foro da Cidade de Guarapari/ES para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

11.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto Municipal nº. 082/2017, e Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA PESQUISA PERIÓDICA DE MERCADO

12. 1 Caberá ao órgão gerenciador da Ata a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- a) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
- b) Promover a atualização semestralmente dos preços constantes da Ata, por meio de ampla pesquisa de preços no mercado, bem como quando o preço registrado mostrar-se inviável;

Guarapari/ES, xx de xxxxxxxx de 2022.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONTRATADA